

RELATÓRIO FINAL (2º)

Registo
Relatório n.º 15386 / 2016

Data da Informação
21/12/2016

Processo
2016/300.10.005/451

ASSUNTO: Relatório Final (2º)

Relatório Final

Elaborado ao abrigo do disposto no n.º 2 do art. 148º, do Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do procedimento: Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 do Município de Sines

Processo n.º 2016/300.10.005/451

Em cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 148.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP, no dia 19 de dezembro de 2016, reuniu o júri do processo de contratação para “Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 do Município de Sines”, a fim de proceder à elaboração do segundo relatório final, porquanto, do relatório final resultou uma alteração da classificação dos concorrentes.

No âmbito da nova audiência prévia, realizada ao abrigo do n.º 2 do art. 148º do CCP, já referido, foi apresentada nova pronúncia pela concorrente **“SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo-cartográficos, Lda.”**.

Analisados os termos da pronúncia, e considerando o transposto para o relatório final, datado de 25 de novembro de 2016, o júri do procedimento deliberou não persistirem quaisquer fundamentos para alterar a análise anterior.

De facto, do referido relatório resulta clara a posição fundamentada do júri, relativamente às questões invocadas pela concorrente, sem prejuízo de, não poder aquela, conformar-se com a posição adotada.

Ainda assim, tal posição tem sido o garante da igualdade de tratamento de todos os concorrentes, na medida em que a situações idênticas têm sido aplicadas as mesmas regras e seguindo a mesma orientação de interpretação.

Quando assinado digitalmente, o documento impresso constitui uma cópia autenticada do original digital, desde que validado pelo selo branco da Câmara Municipal de Sines.

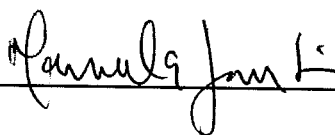
O que se vem agora requerer, é que os elementos do júri, assumam uma linha interpretativa claramente violadora do art. 9º do CC, na medida em que tal interpretação não tem a mínima correspondência na letra da norma, nem tampouco se enquadra no espírito do ordenamento jurídico, entendido como um todo, implicando soluções interpretativas avulsas e dissociadas do restante ordenamento.

Nestes termos, não persistem quaisquer fundamentos para alterar a apreciação de 25 de novembro de 2016, que se dá aqui por integralmente reproduzida, concluindo pela manutenção da anterior apreciação das propostas e, conseqüentemente, mantendo a proposta de adjudicação ao concorrente "**CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.**", cuja proposta apresenta o valor de € 28.526,19 (vinte e oito mil, quinhentos e vinte e seis euros e dezanove cêntimos).

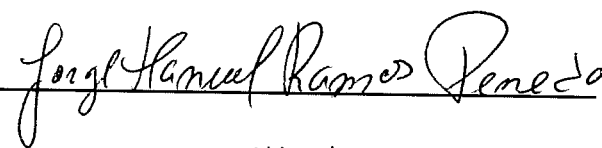
Câmara Municipal de Sines, 21 de dezembro de 2016

Anexo: Relatório Final elaborado em 25 de novembro de 2016

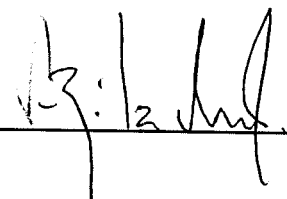
Presidente do Júri

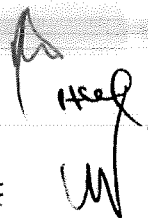


1º Vogal



2º Vogal





Relatório Final

Decreto-Lei nº18/2008 de 29 de Janeiro, na sua atual redação

Identificação do procedimento: Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 do Município de Sines

Processo n.º 2016/300.10.005/451

Em cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 124.º do Decreto - Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua atual redação, doravante designado de CCP, no dia 25 de novembro de 2016, reuniu o júri do processo de contratação para "Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia Numérica Topográfica à Escala 1:2000 do Município de Sines", a fim de proceder à elaboração do relatório final.

1. Audiência Prévia

Para efeitos de audiência prévia, em reunião de 11 de novembro de 2016, o júri procedeu à elaboração do relatório preliminar, onde registou os resultados da análise e avaliação das propostas apresentadas pelos concorrentes e em cumprimento do disposto no art.º 123.º, do CCP, enviou, a todos os concorrentes, o respetivo relatório, tendo fixado o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.-----

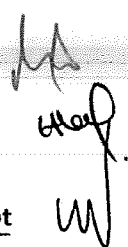
Nesta sede duas concorrentes apresentaram reclamação, designadamente as com correntes:

- **SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo-cartográficos, Lda.; e**
- **ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.**

2. Apreciação das pronúncias:

A concorrente "**SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo-cartográficos, Lda.**", cuja exclusão foi proposta no Relatório Preliminar, com fundamento na incorreta / incompleta codificação e, consequentemente, em violação do disposto na lei 96/2015, de 17 de agosto vem, em sede de audiência prévia dos interessados, apresentar reclamação, nos termos da qual se requer:

- 1º - A admissão da concorrente, com fundamento na ilegalidade da exclusão;
- 2º - A exclusão da concorrente "**CME – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECHANICA, S.A.**", por ter apresentado preço inferior a metade do preço base e, consequentemente anormalmente baixo;



Analisados os termos e fundamentos da reclamação, cujo teor se dá aqui por integralmente reproduzido, o júri considera não persistirem quaisquer fundamentos para alterar a sua proposta, no que se refere à exclusão da concorrente, mantendo o parecer constante do Relatório Preliminar acrescentando, porém, o seguinte:

- Invocar a aplicação do disposto no art. 62º, apenas, a propostas que utilizam o meio indevido (correio ao invés da plataforma eletrónica, correio simples ao invés de correio registado, etc.), parece ser bastante redutor, na medida em que o art. 62º, remete para a Lei 96/2015, de 17 de agosto, diploma que regula a disponibilização e a utilização das plataformas eletrónicas de contratação pública, nos seus vários aspetos e sob todas as abordagens.
- Mais, o legislador teria certamente considerado ser esta uma formalidade essencial, porquanto permitiu, conforme resulta do nº 9 do art. 68º, daquele diploma, que, "quando se verifique um erro de identificação, deve ser possível ao interessado corrigir, até à data e à hora fixadas para a submissão das propostas, o código da proposta que está em fase de carregamento ou que foi já submetida." Termos em que, caso o erro não seja corrigido até àquela data, não deverá a mesma ser admitida.

Pelo exposto, conclui, o júri, que não deverá alterar a proposta constante do relatório preliminar. No que se refere ao pedido de exclusão da concorrente "CME – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECHANICA, S.A.", por ter apresentado preço anormalmente baixo, assim considerado porque traduz um valor abaixo dos 50% do preço base, importa esclarecer o seguinte:

Nos termos da Cláusula 26ª, do Caderno de Encargos "em tudo o omissos no presente convite observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos aprovado pelo Decreto – Lei n.º 18/2008, de 29.01, na sua atual redação", pelo que, nesta matéria em concreto, somos remetidos para o disposto no art. 70º e seguintes do CCP.

Ora, se de acordo com a al. e) do nº 2 do art 70º, já referido, são excluídas as propostas cuja análise revele "um preço total anormalmente baixo, cujos esclarecimentos justificativos não tenham sido apresentados ou não tenham sido considerados", sempre teremos de concluir que tal exclusão não é automática.

Mais, nenhuma proposta pode ser excluída com fundamento no facto de, dela constar, um preço total anormalmente baixo sem antes ter sido solicitado, ao respetivo concorrente, por escrito, que, em prazo adequado, preste esclarecimentos justificativos relativos aos elementos constitutivos da proposta que considere relevantes para esse efeito (cf. nº 3 do art. 71º do CCP). No caso em apreço, a proposta foi instruída com a justificação do preço anormalmente baixo, de tal forma que o júri não sentiu necessidade de fundamentar a admissão da proposta, o que faz agora, porquanto considera que, da exposição da concorrente, não se pode concluir pela incapacidade para a realização do trabalho.

Handwritten signature and initials.

Em boa verdade todas as propostas apresentam valores consideravelmente abaixo do preço base, conforme quadro seguinte:

Empresa	Valor da Propostas
Aero-Topografia	35.475,00 €
Viamapa	43.500,00 €
CTGA	60.000,00 €
Geoglobal	49.000,00 €
CME	28.526,19 €
Infoportugal	35.735,05 €
Socarto	30.000,01 €
Municípiã, SA	39.751,00 €
Ecorede	34.609,00 €

Da análise do quadro comparativo que antecede, somos levados a crer que o preço base foi fixado acima dos valores normais praticados no mercado, na medida em que a maioria das concorrentes apresentam propostas com preço consideravelmente abaixo do preço base.

A este facto acrescem os fundamentos apresentados pela concorrente, cujo teor se dá aqui, por integralmente reproduzido.

Pelo que, nesta matéria, o júri considerou não persistirem fundamentos para alterar a proposta constante do relatório preliminar.

A concorrente “**ECOREDE – ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.**”, em sede de audiência prévia dos interessados, vem apresentar reclamação, nos termos da qual requer:

- 1º - A correção do erro na apreciação do fator “prazo”;
- 2º - A exclusão da concorrente “CME – CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO ELETROMECAÂNICA, S.A.”, por ter apresentado preço inferior a metade do preço base e, consequentemente anormalmente baixo;

Da análise da reclamação oferecida pela concorrente, bem como dos correspondentes argumentos e fundamentos, os quais se dão aqui por reproduzidos, cumpre deliberar:

- 1º Relativamente ao fator prazo, o júri do procedimento teve em conta o prazo fixado no formulário principal, constante da plataforma, nos termos do qual o prazo indicado pela concorrente é de 240 dias, como a seguir se demonstra:

1 Formulário Principal

1.1 Dados gerais da proposta

1.1.1 Identificação do concorrente ou membros do agrupamento concorrente



ECOREDE - ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.

PORTUGAL, Chaves
NIF: 508271754

1.1.2 Prazo de execução dos trabalhos / obra

24G Dis

1.1.3 Código da Proposta (Esta inserção deverá estar de acordo com o Anexo II da Lei nº 96/2015)

1.1.4 Valor total da proposta

(Os valores indicados não incluem o IVA)

34.609,00 Euro

1.1.5 Distribuição do valor total da proposta pelos membros do agrupamento concorrente

(Os valores indicados não incluem o IVA)

Empresa

Porcentagem de Participação (%) Valor



ECOREDE - ENGENHARIA E SERVIÇOS, S.A.

PORTUGAL. Chaves
NIF: 508271754

100

34.609.00 Euro

1.2 Confirmando que os dados acima estão corretos e refletem o conteúdo da minha proposta.

☒ Concorde ☐ Disconcorde

No entanto, na sequência da reclamação em apreço, alertado para o lapso de escrita, imputável, obviamente, à concorrente, o júri do procedimento, considera que, atento o disposto na cláusula 14ª, do Programa de Concurso, sob a epígrafe “Documentos que constituem a proposta”, nos termos da qual, a proposta é acompanhada de cronograma dos trabalhos, considerando, ainda, que nos termos daquele documento a “entrega do processo para homologação” ocorrerá entre o 125º e o 130º dia de execução do contrato e da prestação do serviço, como resulta do mapa seguinte:

CONSEJAS DE DEFUSIÓ DAS ACCIÓNS

[illegible]

1. 2019年12月31日，甲公司“应付账款”科目贷方余额为100万元，其中明细科目贷方余额有80万元，借方余额有20万元；“预付账款”科目借方余额为20万元，其中明细科目借方余额有15万元，贷方余额有5万元。不考虑其他因素，甲公司2019年12月31日资产负债表“应付账款”项目应填列的金额为（ ）万元。
 A. 80
 B. 100
 C. 105
 D. 120

KENNEDY, JR. (LARRY) *Entrepreneur* - *Entrepreneur*, 1989, p. 100.
 KENNEDY, JR. (LARRY) *Entrepreneur* - *Entrepreneur*, 1989, p. 100.
 KENNEDY, JR. (LARRY) *Entrepreneur* - *Entrepreneur*, 1989, p. 100.
 KENNEDY, JR. (LARRY) *Entrepreneur* - *Entrepreneur*, 1989, p. 100.
 KENNEDY, JR. (LARRY) *Entrepreneur* - *Entrepreneur*, 1989, p. 100.

[illegible]

deverá ser este, o prazo a levar em conta para efeitos de prazo de execução, solução que vai de encontro ao espírito da lei geral, nos termos da qual, em caso de divergência prevalece o disposto na proposta.

2º - Relativamente a esta matéria considera-se aqui reproduzido o anteriormente referido sobre pedido formulado pela concorrente "SOCARTO – Sociedade de Levantamentos Topo-cartográficos, Lda.".

Termos em que, o júri do procedimento, deliberou:

Indeferir o pedido de exclusão da concorrente "CME";

Proceder à reavaliação da proposta.

3. Proposta de Adjudicação

Ponderadas as observações dos concorrentes efetuadas ao abrigo do direito de audiência prévia, o júri deliberou alterar o teor das conclusões do relatório preliminar, conforme tabelas em anexo, mantendo, no entanto, a proposta de adjudicação ao concorrente "**CME – Construção e Manutenção Eletromecânica, S.A.**", cuja proposta apresenta o valor de € 28.526,19 (vinte e oito mil, quinhentos e vinte e seis euros e dezanove cêntimos).

Face ao que antecede, se a proposta aqui formulada merecer aprovação superior, deverá, nos termos do n.º 1 do art.º 77.º do CCP, proceder-se à notificação de todos os concorrentes, a qual será acompanhada de presente relatório final e ser notificado o adjudicatário no sentido de proceder em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 77.º do CCP.

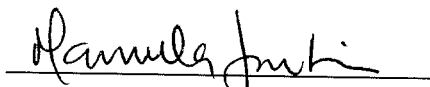
4. Audiência Prévia

Para efeitos de audiência prévia, em cumprimento do disposto no n.º 2 art.º 124.º do CCP, o júri irá proceder à notificação dos concorrentes, conferindo-lhes o prazo de cinco dias úteis para se pronunciarem por escrito ao abrigo deste direito.-----

Sines, 25 de novembro de 2016

O Júri do Procedimento

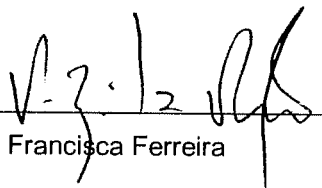
Presidente



Manuela Justino

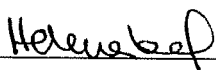
Primeiro Vogal Efetivo

CONTRATAÇÃO PÚBLICA



Francisca Ferreira

Segundo Vogal Efetivo



Helena Leal

Concurso Público para Aquisição de Serviços para Execução de Cartografia

Processo 2016/300.10.005.451

Cláusula 14.ª Programa de Procedimento																		
Documentos que constituem a proposta																		
Nº	Empresa	Valor da Propostas	Obs.	Formulário de Resposta	Poder de Representação (Procuração)	Agrupamento	Assinatura electrónica qualificada	a)	b)	c)	d)	e)	f)	g)	h)	i)	j)	Prazo
1	Ecorede	34.609,00 € a)		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x				130
2	Municipia	39.751,00 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	213
3	Socarto	30.000,01 €					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	208
4	Infoportugal	35.735,05 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x				211
5	CME	28.526,19 € b)		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	208
6	Geoglobal	49.000,00 €		x			x	x	x	x	x	x	x	x				210
7	CTGA	60.000,00 € c)																
8	Viamapa	43.500,00 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	180
9	Aero-Topografia	35.475,00 €		x	x		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	217
Preço Base: € 60.000,00																		
Preço Anormalmente Baixo: € 30.000,00																		

- a) Consórcio Ecorede - Sigmageo
b) Apresentação de justificação para o preço anormalmente baixo
c) Apresentação Declaração justificativa da não apresentação de proposta

[Handwritten signature]

Processo 2016/300.10.005.451

Avaliação de Propostas						
Nº	Empresa	Preço	Prazo	Qualidade	Total	Posição
1	Ecorede	16,93	20,00	8,00	44,93 ✓	2 ✓
2	Municípi	13,50	16,00	8,00	37,50 ✓	6 ✓
4	Infoportugal	20,00	16,00	8,00	44,00 ✓	3 ✓
5	CME	20,98	20,00	8,00	48,98 ✓	1 ✓
6	Geoglobal	7,33	20,00	8,00	35,33 ✓	7 ✓
8	Viamapa	11,00	20,00	8,00	39,00 ✓	5 ✓
9	Aero-Topografia	16,35	16,00	8,00	40,35 ✓	4 ✓